



## TERMO DE REFERÊNCIA

O presente termo de referência visa atender os preceitos constitucionais caput do art. 37, inciso XXI, da CF/88, ao Manual de Norma Geral de Licitações, no item 3.2., como um todo, e, informar à Consultoria Jurídica cujo objetivo é a Contratação da docente Sra. Laryssa Angélica Copack Muniz, inscrita no CPF n. 016.067.239-28, para ministrar o “Curso de Planejamento, Gestão e Aplicações de Justiça Restaurativa no âmbito da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher” sobre o tema “A Justiça Restaurativa num cenário da contemporaneidade: Enfrentando a violência doméstica; desafios e ações.” para magistrados e servidores, na modalidade de ensino à distância.

### 1 - Objeto da Contratação

Contratação da docente Sra. Laryssa Angélica Copack Muniz, inscrita no CPF n. 016.067.239-28, para ministrar o “Curso de Planejamento, Gestão e Aplicações de Justiça Restaurativa no âmbito da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher” sobre o tema “A Justiça Restaurativa num cenário da contemporaneidade: Enfrentando a violência doméstica; desafios e ações.” para magistrados e servidores, na modalidade de ensino à distância, objetivando promover o conhecimento, sobretudo por meio das ferramentas da Comunicação não violenta, círculo de construção de paz, diálogos transformativos, assertivo e inclusivo, e escuta empática. Possibilitar que o participante tenha condições de identificar os casos e situações adequados ao encaminhamento para as práticas restaurativas.

### 2 - Justificativa da Contratação do Serviço

Nos termos do Ofício n. 29/2020, exarado pela Excelentíssima Presidente da Coordenadoria da Mulher, Desembargadora Nágila Maria Sales Brito, que vislumbrou a importância da implementação da Justiça Restaurativa nas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, uma vez que as técnicas aplicadas por esta prática, além de trazerem efetividade na reparação do dano causado à mulher, semeiam uma cultura de paz social (em casa) isto porque o trâmite processual - quando se trata de violência doméstica contra à mulher – acaba sendo um verdadeiro martírio para a vítima. Outrossim, em atenção ao quanto disposto na Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que preconiza diretrizes para a implantação da Justiça Restaurativa nos Tribunais do País, o Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau do PJBA, sensível à necessidade de mobilização para a mudança do paradigma meramente punitivista, empenhando esforços para a pacificação social e sobretudo na busca pela cultura de paz, vem ao longo dos anos trabalhando nesta perspectiva, promovendo ações de sensibilização e capacitação para o fomentando das práticas restaurativas no Estado, restando evidenciada a necessidade da realização desta capacitação em Justiça Restaurativa para os magistrados e servidores que atuam nas Varas Especializadas de Violência Doméstica

### 3 - Especificação da Execução do Serviço

Ministrar o “Curso de Planejamento, Gestão e Aplicações de Justiça Restaurativa no âmbito da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher” com carga horária de 24 (vinte e quatro) h/a, no período de 01/06/2021 a 10/06/2021 na modalidade de ensino à distância. Do quantitativo total da carga horária prevista 4 (quatro) h/a serão referentes à prestação de serviços pela Pessoa Física da Tutora Sra. Laryssa Angélica Copack Muniz e Seguindo o Plano de Capacitação do Núcleo Justiça Restaurativa, a aula específica sobre o Tema “A Justiça Restaurativa num cenário da

lat/wab



Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR: WAMBERTO ALVES DE BRITO FILHO.  
Documento Nº: 1012335.18035165-1577 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica>



TJADM202118016V01

contemporaneidade: Enfrentando a violência doméstica; desafios e ações.”, que ocorrerá em 01/06/2021, com valores de hora/aula alinhadas aos valores estabelecidos na Lei n. 14.040/2018 e instrutoria interna.

#### 4 – Modalidade da Licitação

A contratação dos serviços em tela será realizada pela modalidade de inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 60, inciso II, c/c art. 23, inciso VI, da Lei Estadual nº 9.433/05, tendo em vista a natureza singular do docente e de sua experiência na área.

#### 5 – Obrigação da Parte – Contratante

- ✓ Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes da Contratação;
- ✓ Realizar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos em Lei;
- ✓ Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, comunicando ao Contratado as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas.

#### 6 – Obrigação da Parte – Contratado

- ✓ Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, durante todo o período da contratação;
- ✓ Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços;
- ✓ Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação;
- ✓ A inadimplência da contratada, com referência aos encargos acima, não transfere à contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação;
- ✓ Permitir à contratante a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso as dependências, quando for o caso, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o seu bom andamento;
- ✓ A fiscalização pelo contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, ainda que resulte de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da contratante, de seus agentes ou prepostos;
- ✓ Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais e inovações da contratante de que venha a ter conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto divulgá-las, reproduzi-las ou utilizá-las, sob as penas da lei, mesmo depois de encerrada a presente contratação;
- ✓ Responder por todos e quaisquer ônus suportados pela contratante decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste contrato e de outros por ventura existentes entre as partes.

#### 7 – Valor Estimado a ser Pago e Forma de Pagamento

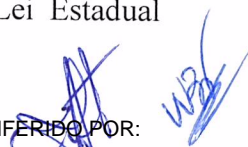
O valor total a ser pago ao docente, de acordo como art. 2.º c/c art. 3.º da Lei Estadual n.º 14.040/2018, Anexo Único da Lei Estadual em referência, será de **RS910,40 (novecentos e dez reais e quarenta centavos) - (RS 227,60 x 4 horas/aula)**, para realizar uma carga horária total 4 (quatro) horas em ação educativa à Distância, já justificada na Execução do Serviço.

O pagamento será realizado em parcela única após entrega, aceitação do objeto da contratação e mediante emissão e apresentação de documento fiscal, nos termos da Lei Estadual 9.433/2005.

lat/wab



Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR: WAMBERTO ALVES DE BRITO FILHO.  
Documento Nº: 1012335.18035165-1577 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/signa/consultapublica>



TJADM202118016V01

## **8 - Dotação/Execução Orçamentária**

Unidade Orçamentária: **04.601.0010-FAJ**

Unidade Gestora: **0010 - UNICORP**

Projeto Atividade: **5439**

Elemento de Despesa: **33.90.36**

Subelemento: **36.07**

Elemento de Despesa: **33.90.47**

Subelemento: **47.01**

Fonte de Recursos: **120**

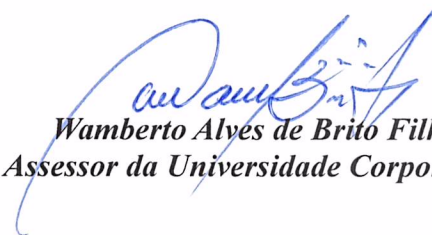
Salvador, 13 de maio de 2021.

Atenciosamente,



*Ivan de Almeida Trzan*

*Coordenador da Universidade Corporativa*



*Wamberto Alves de Brito Filho*

*Assessor da Universidade Corporativa*

lat/wab\



Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR:  
WAMBERTO ALVES DE BRITO FILHO.  
Documento Nº: 1012335.18035165-1577 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica>